

NOTAS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO (DA EDUCAÇÃO FÍSICA) NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Fernanda Simone Lopes de Paiva
Karen Calegari dos Santos
LESEF/CEDF/UFES
Eixo Temático 3 – Cultura e Práticas Escolares

O presente estudo se insere num movimento que vem se configurando, desde o início da década de 1990, na história da educação. Trata-se de, nela, “mostrar a possibilidade de recriação de um dos seus objetos mais focalizados e paradoxalmente pouco conhecidos [isto é]: a instituição escolar” (NUNES, 1992, p. 151). Até a década de 1980 o que se tinha majoritariamente disponível na produção acadêmica era uma história da educação que “chegava” até a escola por meio do estudo de aspectos jurídico-político, tendo como fonte a legislação; de aspectos institucionais, enfocando, sobretudo, a organização escolar; bem como pelo estudo da pedagogia oficial, fosse por meio de seu ideário e/ou de metodologias propostas. Pouco ou nada se sabia sobre o que acontecia nas escolas considerando as práticas, representações e apropriações (CHARTIER, 1988) que o discurso oficial – fosse ele legal e/ou pedagógico – fomentavam – ou não.

Uma nova concepção da problemática da história da educação tem se estabelecido num profícuo diálogo com a história cultural.¹ Vinão-Frago (1995) explorou essa inter-relação, interrogando-se sobre as possibilidades e problemas dessa aproximação, bem como elencando e problematizando questões a serem estudadas, dentre elas, a) as relações entre história intelectual, disciplinas acadêmicas, disciplinas escolares e profissionalização docente; e b) as relações entre cultura e organização da escola tendo como objeto de análise o espaço, os tempos e as práticas escolares.

Essas – e outras questões – vêm sendo enfrentadas por um grupo cada vez maior de pesquisadores na história da educação. Um dos indícios dessa reordenação pode ser

¹ Os estudos sobre os processos de escolarização ganharam força, no Brasil, na década de 1990, quando foram traduzidos e publicados artigos importantes para esse tipo de reflexão, dentre eles, os de Chervel (1990), Varela e Alvarez-Uria (1992), Chapoulie e Briand (1994). Sinteticamente, é possível dizer que a teorização sobre os processos de escolarização se articulam entorno do estudo das condições sociais que tornaram possível a sua produção, a saber, a definição de estatutos de infância (incluindo a invenção do aluno/a); a emergência processual de um espaço específico para efetivação da educação de crianças e jovens (a escola seriada); a aparição de um corpo de especialistas em educação (o professorado) e suas respectivas tecnologias de intervenção (modos de apreensão e sistematização do conhecimento bem como o seu ensino); a desqualificação de outros tipos de educação (familiar, paroquial, etc.) ao mesmo tempo em que se promove a institucionalização propriamente dita da escola, envolvendo, dentre outros processos, a imposição legal de sua obrigatoriedade e a organização administrativa do ensino público (e do privado).

observado na produção que vem sendo veiculada pelos meios de divulgação científica. O manuseio de periódicos chamou nossa atenção para a escassez de estudos sobre o processo de escolarização no Espírito Santo. Considerando essa lacuna está em curso uma pesquisa cujos objetivos são: rastrear a literatura disponível sobre a História da Educação e da Educação Física no Espírito Santo e com ela estabelecer um diálogo; mapear as fontes disponíveis para estudo do processo de escolarização no Espírito Santo, referentes ao século XIX; sistematizar análises sobre esse processo de escolarização e integrá-lo ao debate desenvolvido em âmbito nacional e ampliar as possibilidades de compreensão do engendramento do campo da Educação Física no Brasil, articulado ao processo de escolarização.

Nesse primeiro momento de pesquisa, concentramos nossos esforços em duas frentes: por um lado, estamos realizando um levantamento bibliográfico sobre estudos que versam sobre o processo de escolarização no Espírito Santo; por outro, iniciamos um trabalho de mapeamento de fontes.

No que tange ao levantamento bibliográfico, tomamos, como ponto de partida a Revista Brasileira de História da Educação e os Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação e os das reuniões anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – Anped. No âmbito nacional poucas foram as publicações encontradas versando sobre o processo de Escolarização no Espírito Santo, sendo que parte delas referiam-se ao século XX.² Foi preciso voltar os olhos para a publicação local para encontrarmos outras pesquisas que focalizassem o século XIX.³ Nesse momento de revisão também foi-nos de grande valia as reflexões sobre a experiência de mapeamento de fontes em arquivo público para estudos ligados à educação do corpo e a escolarização encontrada nos estudos de Oliveira et alli (2003) e Oliveira e Putcha (2004).

Já no que diz respeito ao mapeamento das fontes, priorizamos o início da catalogação da documentação oficial, sendo, nesse texto, apresentada uma primeira aproximação com os Relatórios de Presidentes de Província - doravante, apenas Relatórios -, no período de 1833 a 1888. Nossas notas se articulam em três breves eixos sobre os quais, nos parece, será possível explorar a análise do processo de escolarização em relação ao debate nacional. São eles: a identificação da pauta de discussão da escolarização na

² As publicações encontradas foram: Barreto (2004), Franco (2002), Gondra e Tavares (2004), Schwartz (2001, 2002, 2004), Simões e Franco (2004).

³ Até agora parecem dialogar com essa iniciativa o estudo de André (2003), Batista (2003) e Barcelos(2000). No rastreamento de teses e dissertações, localizamos, até o momento, a tese de Novaes (2001).

perspectiva dos governantes, as tensões produzidas no processo de escolarização da *Educação Physica* e, daqui decorrente, os resquícios de constituição de uma cultura escolar.

Pontuando o debate: Presidentes da Província e suas contribuições para o processo de escolarização no Espírito Santo

Os Relatórios eram apresentados à Assembléia Provincial geralmente para notificar o andamento da província. Deveriam ter periodicidade anual, correspondente ao interstício do mandato, entretanto, devido as trocas constantes na presidência da província, podemos encontrar mais de um relatório por ano. Eles eram produzidos e discursados com a forte pretensão política de convencer, a quem os ouvisse ou lesse, que a instrução pública era a ferramenta mais assaz para constituir uma nação que honrasse as leis, a moral e a subserviência ao seu país. Portanto, “convencer que a instrução estava indo para o caminho certo implicava laboriosas operações discursivas que emitiam juízos de valores, analisam, criticavam, e, assim, induziam e influenciavam as platéias ou os leitores”. (RESENDE e FARIA FILHO, 2001, p. 84).

Em três dos Relatórios consultados a instrução pública não está presente como um tópico destacado de apresentação, o que nos sugere que esse era um tema de relevo no debate oficial. Nele, os presidentes anunciavam o estado da instrução na província em linguagem eloqüente: exaltavam seu papel na sociedade, teciam críticas, algumas enérgicas, ao mau funcionamento das escolas e propunham medidas para sua melhoria. O ideário de consolidação da instrução pública se identifica na tese de construção de uma escola capaz de civilizar, educar moralmente e instruir minimamente e se soerguia por meio da discussão das estratégias de expansão e progresso da instrução pública, da formação de professores - e professoras - e, posteriormente, da preocupação em estabelecer um instrumento de fiscalização eficiente das escolas e casas de educação. Cerne da discussão, esses eram fatores considerados determinantes para o sucesso da implantação de uma instrução pública na Província do Espírito Santo.

Os Relatórios registram uma exacerbada preocupação dos presidentes da província acerca da necessidade de escolarizar⁴ a grande massa populacional. Atribuía-se à expansão

⁴Para Faria Filho (2002), é possível atribuir ao menos dois sentidos para a integridade do fenômeno da escolarização, no Brasil oitocentista, cujos os significados apropriam e produzem diálogo entre si: o primeiro significado definiria o termo como o estabelecimento e a formação de redes de instituições responsáveis por instruir, por meio do ensino e da leitura, escrita e cálculo, paulatinamente complexificado, na medida em que admite novos conhecimentos a serem instruídos; um segundo atribui à escolarização, os sentidos e

da instrução pública um papel fundamental na consolidação da educação espírito-santense e professavam que a educação gratuita e de qualidade seria responsável por instruir, de forma eficaz, toda a população, com especial atenção às crianças e jovens. Essa expectativa, entretanto, estava longe de ser atendida: os Relatórios, junto ao dever ser, também registram a insatisfação perante o lento processo de implementação e progresso da instrução pública. Vejamos os problemas que se colocavam.

O primeiro deles diz respeito ao número de escolas existentes. Evidentemente, havia *crianças em idade de aprender* em toda a província, muitas na capital, muitas em comunidades distantes. Mas não havia muitas escolas. Em locais que possuíam uma população considerável, a quantidade de escolas públicas era execrável; nas localidades longínquas, com baixo índice populacional, a escola era quase ausente, o que tornava a instrução pública um bem de difícil acesso. Os presidentes de província faziam constantes pedidos de verba à Assembléia Legislativa para a construção de novas escolas e para a criação de novas cadeiras; entretanto, esses esforços para estabelecer escolas por todo o território provincial, esbarravam na quantidade e na frequência de crianças que iam à escola, à época um dos fatores determinantes para que as escolas, e, conseqüentemente, as aulas, fossem ou não estabelecidas.

Deparamo-nos, aqui, com um segundo problema declarado nos Relatórios: o desinteresse e a resistência dos pais em enviarem seus filhos à escola. Declarava o Presidente Machado de Oliveira, em 1841 que “*A aula de Grammatica Latina desta cidade permanece no mesmo estado de desanimo já expressado pelo meo Antecessor, a sua frequencia he mui irregular, e o arbitrio deixados aos alumnos de irem ou deixarem de ir a Aula, he segundo a opinião do Professor, a causa mais saliente do mui lento progresso, que pezarosamente se nota neste estudo*”.

Um terceiro problema registrado nos Relatórios refere-se a formação de professores aptos a nela atuarem; professores esses que deveriam ser capazes de, por meio de um método de ensino eficiente, transmitir conhecimentos e promover civilidade nas crianças que freqüentassem a escola. Interessante é notar que a formação de professores é apresentada como um dos fatores determinantes para o sucesso da implementação da instrução pública. Entretanto, a tal valorização não corresponde igual remuneração. A questão da baixa remuneração é recorrente nos Relatórios.

significados produzidos pela escola que assumem representatividade social por meio do conhecimento adquirido pelo sujeito. Neste texto, damos ênfase ao entendimento do primeiro sentido.

O quarto problema que identificamos no debate oficial diz respeito à organização interna da escola. Nas primeiras décadas dos oitocentos o Espírito Santo encontrava-se em lento desenvolvimento econômico e paulatina urbanização, a discussão sobre a designação dos espaços era fortemente presente, não obstante, essa discussão também repercutiu no estabelecimento escola. Debatia-se a organização dos tempos e espaços escolares, de modo a potencializar seus “efeitos” educativos, higienizando-os. Caminha de par com essa questão, a polêmica sobre a escolha do(s) método(s) de ensino.

Os relatórios dão a ver, ainda, uma quinta questão que se coloca paulatinamente e, se torna, em boa parte da segunda metade do período estudado, ponto estratégico de todo o debate oficial. Os governantes parecem convencidos de que não bastaria equacionar estruturalmente os problemas acima elencados. Seria preciso, sobretudo, acompanhar todo o processo de escolarização, sob a pena de ver/ter seus esforços logrados. Assim, é sensível a preocupação compartilhada pelos presidentes no estabelecimento de um órgão que aja especificamente sobre a fiscalização da instrução, informando, com regularidade, o que nelas “de fato” acontecia. A idéia era que inspetores visitassem as escolas para captar quais eram as reais necessidades e fraquezas da escola e de seus sujeitos. Engendrava-se a necessidade de criação da Inspeção de Instrução Pública.

Objectualizando a transformação da *Educação Physica* em Educação Física

Dentre outros, os estudos de Soares (1994) e Gondra (2003) mostram que, a instituição médica constrói sua legitimidade por meio da medicina social. Apoiados na *Hygiene*, os médicos ditavam cuidados que poderiam corroborar com a implementação da civilidade. Parte dessa construção se apropria da *Educação Physica*, conferindo-lhe um caráter científico ao discutir a organização dos espaços, a educação dos sentidos, e as formas de vestir-se, nutrir-se, exercitar-se e cuidar dos dejetos corporais. O pensamento médico higienista oitocentista, segundo esses autores, vislumbrou a escola como um lugar profícuo para a sua disseminação.

No caso específico da província do Espírito Santo, a influência da *Hygiene* e, por meio dela, a *Educação Physica*, só se faz notar, nos Relatórios, nas três últimas décadas do período estudado. A partir de 1860, começa a ser sugerido que ela seja consultada na construção das cidades, mediando a configuração de espaços tendo como critério a salubridade. Seria ela, também, a referência para o estabelecimento de normas de conduta. Considerando que, na segunda metade do século XIX, o Espírito Santo se apresentava com baixo índice populacional se comparado às principais províncias brasileiras, tais como

Minas Gerais e São Paulo, eram os ensinamentos da *Hygiene* que, declaradamente, nos Relatórios, poderiam orientar o governo sobre o quê, como e aonde deveriam se estabelecer os prédios, as praças e passeios, as pontes, as escolas e outras instalações. Essa posição se intensifica na década de 1870.

Temos, então, indícios de que o governo procurou apoiar suas ações na organização dos espaços urbanos nos conhecimentos médicos-higienistas. É por aqui que se dá a ver, nos Relatórios, uma menção à *Educação Physica* no que tange, principalmente, a organização do espaço escolar. Entretanto, na província do Espírito Santo não há referência a uma das matérias de *Hygiene* com a qual mais comumente se identifica a *Educação Physica*, a saber, a *Gesta*, que trata especificamente da exercitação corporal. Estudos (CUNHA JUNIOR, 2004; GONDRA, 2003) apontam, que durante o século XIX, escolas de outras províncias brasileiras já haviam interiorizado práticas corporais, que envolviam, por exemplo, a ginástica, a esgrima e a equitação.

Se, como mostrou Paiva (2003), para a produção de uma *Educação Physica* da escola, notadamente uma nova Educação Física, disciplinada e disciplinadora, se faz presente, também, pela escolarização da exercitação física – principalmente por meio do que havia de mais sistematizado, a ginástica – esse processo não faz presente na província do Espírito Santo. Pelo menos não no período estudado e a partir do que está registrado nos Relatórios, que não fazem nenhuma menção a presença da ginástica na escola – ou fora dela.

Cultura escolar: estratégias para elaboração de uma disciplinarização corporal

Na fonte pesquisada encontramos indícios que remetem à problematizar a contribuição da *Educação Physica* enquanto um dos elementos propulsores da escolarização e da produção de uma cultura escolar. Teria ela contribuído na conformação dos métodos, na constituição dos tempos e espaços escolares, e na invenção de mecanismos disciplinadores?

Como vimos, um dos problemas relatados pelos presidentes capixabas dizia respeito à ineficácia do método de ensino, que se caracterizam pelo tempo dispendioso e a aprendizagem diminuta, agravado pela inabilidade dos professores para manutenção da ordem. A busca por maneiras de ensinar eficientes e a disposição espaço-temporal da escola caminharam juntos durante todo o processo de institucionalização da escola ao longo do século XIX. Essa ligação não se faria, entretanto, pelo acaso. Com a constatação

da ineficácia do método individual e mútuo⁵, já ao início do período pesquisado, foram pensadas outras formas de instruir de modo a tornar o ensino eficaz, com economia de tempo, buscando educar moralmente e corporalmente *as crianças em idade de aprender*. São produzidas novas estratégias de ensino, que demandam a construção de espaços escolares próprios, uma organização temporal que mantenha os alunos por mais tempo na escola. Além disso, se procede a criação de um órgão responsável pela fiscalização da conduta dos professores perante os alunos, visando ajudar no controle da indisciplina e minimizando as arbitrariedades dos professores.

Assim temos, por exemplo, o ensino mútuo. Criado para ocupar o lugar do ineficaz ensino individual, contava com participação de alguns alunos mais avançados que recebiam instruções do professor e orientavam os afazeres dos outros alunos. Entretanto, suas funções não se restringiam à auxiliar os alunos, como monitores deveriam, também, responsabilizar-se pela manutenção da disciplina de pequenos grupos.

O ensino mútuo não obteve o sucesso esperado, o que permitiu a equação do ensino em outras bases. Ganha força, então, a noção de ensino simultâneo. Os Relatórios registram que os professores solicitavam espaços adequados para a utilização desse método, já que salas pequenas, sem materiais, ou as suas próprias casas, já não comportavam vários alunos a serem ensinados ao mesmo tempo.

O método simultâneo, portanto, era apontado pelos professores como eficaz, porém exigia a realização do ensino em um prédio escolar apropriado e a utilização de novos materiais como compêndios e o quadro-negro. A utilização de cartilhas e manuais de ensino contribuiriam para a homogeneização do conteúdo a ser ensinado, e a utilização do quadro-negro traria ao professor um lugar de destaque na sala de aula, sendo possível exercer uma maior vigilância sobre os educandos.

A discussão dos métodos de ensino nos permite perceber em que condições era exercida, sobre as crianças, a imposição da disciplina corporal. O corpo era visto, no interior das escolas, como objeto a ser mantido em silêncio, na maior parte das vezes, imóvel, com amarras da disciplina subjugadas a um poder maior: o professor. Todavia, já sabemos que a questão dos métodos esse não foi o único problema para a implementação e expansão da instrução pública na província.

⁵ Souza (1998) diagnosticou que, durante o século XIX, pelo menos quatro métodos de ensino tiveram projeção no debate ocorrido no Brasil. Foram eles o ensino individual, mútuo, simultâneo e o Intuitivo. Os Relatórios mostram-nos fragmentos de que o debate entre/sobre eles também aconteceu no Espírito Santo.

Os espaços utilizados para reger as aulas nem sempre eram preparados especificamente para esse fim. Os relatórios denunciam a utilização de igrejas, locação de salas em prédios, aluguéis de casas, até mesmo a residência do professor poderia ser convertida em sala de aula. Eram poucos os que possuíam o benefício de reger as aulas em lugares alugados pelo governo provincial. Geralmente, tais benefícios eram atribuídos aos melhores professores em localidades que requeressem espaços amplos para acomodar um maior número de alunos.

A questão do tempo destinado à educação figura pela primeira vez, na década de 1850. Nos Relatórios encontramos fragmentos que equacionam o problema de, pelo menos, dois modos diferentes: o primeiro reporta à insatisfação perante ao tempo livre dos alunos que, normalmente, não tinham aulas a tarde, o que poderia provocar desvios da educação; o segundo, a má aceitação, pelos professores, da proposição de se aumentar o período de funcionamento das aulas. Aqui, podemos nos aproximar da tácita idéia de que seria atribuído ao tempo na escola um caráter imprescindível para a formação dos alunos provocando intencionalmente, o distanciamento de outros momentos fora dela. Não seria, portanto, um tempo somente **na** escola, mas também a formulação de um novo tempo designado aos escolares: o tempo **da** escola.

Os Relatórios dão a ver, ainda, o processo de constituição do currículo escolar e como foram se engendrando as condições de possibilidade para a escolarização de certos conhecimentos. Mas não poderemos discutir os dados colhidos aqui. Gostaríamos de marcar, entretanto, o que não se faz ver: as práticas de exercitação corporal. Encontramos uma única menção à Dança. Ela é oferecida no *Atheneu Provincial* como uma das aulas facultada aos alunos. Ela teve, no ano de 1874, mais alunos inscritos (28) do que as aulas de Aritmética (19), Inglês (18), Geografia e História (7), mas, dada a ausência de registros, parece que não havia reconhecimento da legitimidade da sua presença no currículo escolar. Tanto é que, no ano seguinte, é informada a sua exclusão justificada pela falta de verbas provinciais e pela ausência de contribuições à instrução dos escolares.

Palavras finais

Essas notas registram parte de nossas reflexões sobre o processo de escolarização (da Educação Física) no Espírito Santo. Pelos fragmentos aqui expostos entendemos que, durante o período imperial espírito-santense, colocam-se em movimento elementos tênues mas significativos para o processo de escolarização na província. No que tange à Educação

Física, vemos que ainda não estavam aqui colocadas as condições de possibilidade para que ela se constituísse como uma disciplina pertencente ao currículo escolar, reunindo uma gama de saberes próprios. Captamos alguns indícios para sua análise/problematização como um dos pilares que sustentava a tríade da Educação Integral a ser promovida pelas/nas escolas, já que, na fonte analisada foi possível perceber uma movimentalidade no cenário educacional e social, apoiada no conhecimento médico e pedagógico.

Assim, argüir o processo de escolarização da *Educação Physica* na província do Espírito Santo, no século XIX, implica em atentar para os indícios da educação no/do corpo: sua higienização, seus cuidados, suas privações, considerando o espaço escolar e social e o estabelecimento de mecanismos para a implementação e manutenção da disciplina e da hierarquia na escola. Esses parecem ser componentes fundamentais para o processo de escolarização e construção de uma cultura escolar no Espírito Santo.

Referências

- ANDRÉ, Alessandra. As reformas educacionais na Província do Espírito Santo. Anais do XIV Simpósio de História. Vitória: Flor e Cultura, 2003.
- BARCELOS, Maria Leocádia. A educação da mulher na Província do Espírito Santo no período Imperial. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Departamento de História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.
- BARRETO, Sônia Maria da Costa. A Imagem da normalista capixaba nos anos de 1920 retratada pela revista “Vida Capichaba”. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba/PR, 2004.
- BATISTA, Thuane Elize. Levantamento e catalogação da documentação oficial da província do Espírito Santo. Anais do XIV Simpósio de História. Vitória: Flor e Cultura, 2003.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- CHAPOULIE, Jean Michel, BRIAND, Jean Pierre. A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto. *Educação e sociedade*. Editora Papirus/CEDES, n. 47, ano XV, abr/1994, p. 11-60.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 2, 1990, p. 177-229.
- CUNHA JÚNIOR, C. F. F. **Cultura escolar e formação da boa sociedade: Uma história do Imperial Collegio de Pedro Segundo**. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- ESPÍRITO SANTO (PROVÍNCIA). PRESIDENTE (Machado D’Oliveira:1841). **Relatório enviado à Assembléia Legislativa [por] Jose Joaquim Mahado d’Oliveira, Presidente da Província do Espírito Santo**. Vitória: [s/n]1841.
- FARIA FILHO, L.M. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES.A.A.B.M. et. al. (org) **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FHC/FUMEC, 2002.p 109-117.

- GONDRA, J.G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G.(org) **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.519-550.
- GONDRA, José Gonçalves e TAVARES, Pedro Paulo Hausmann. A instrução reformada: ações de Couto Ferraz nas províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Corte Imperial (1848-1854). Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba/PR, 2004.
- NOVAES. Izabel Cristina. República, escola e cidadania: um estudo sobre três reformas educacionais no Espírito Santo (1882-1908). 180f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Teoria & Educação*, n. 6, 1992, p. 151-182.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de et alli. Fontes para o estudo histórico das práticas corporais escolares e da constituição da educação física escolar no estado do Paraná. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte - CD-Rom. Caxambu/MG, 2003.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. E PUTCHA, Diogo Rodrigues. Educação do corpo, escolarização e modernidade: possibilidade de compreensão histórica a partir do acervo do Arquivo público do Paraná. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba/PR, 2004.
- PAIVA, F.S.L. Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização: condições de possibilidade para o engendramento do campo da Educação Física no Brasil. In: GOUVÊA, M.C.S.; VAGO, T.M. (org) **Histórias da Educação: histórias de escolarização**. Belo Horizonte: Edições Horta Grande, 2003. p. 105-116
- RESENDE, F. M.; FARIA FILHO, L. M. História da Política Educacional em Minas Gerais no Século XIX: os relatórios dos presidentes da província. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 2, jul./dez, 2001.
- SCHWARTZ, Cleonara Maria. O início da escolarização formal da mulher capixaba (1845-1850). Anais da 24ª Reunião Anual da Anped - CD-Rom. Caxambu/MG, 2001.
- _____. Formação de leitores sob controle: a formação da professora capixaba nas décadas de 50 e 60. Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação - CD-Rom. Natal/RN, 2002.
- _____. “Tradicional instituição” e “ensino de qualidade”: representação e imagem da Escola Normal D. Pedro II nos anos de 1950 – Vitória(ES). Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação - CD-Rom. Curitiba/PR, 2004.
- SIMÕES, Regina Helena Silva e FRANCO, Sebastião Pimentel. Arquivos, fontes e historiografia capixabas: tecendo espaços/tempos de reflexão, produção, socialização e investigação histórica da educação no Espírito Santo. Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação - CD-Rom. Curitiba/PR, 2004.
- SOARES, C. L. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.
- SOUZA, R.F. Espaço da educação e da civilização: origem dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, R.F.; VALDEMARIM, V.T.; ALMEIDA, J.S. **O Legado Educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP-Faculdade de Ciências e Letras, 1998. p 19-62.
- VARELA, Julia, ALVARES-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*, n. 6, 1992, p. 68-96.
- VINÃO-FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, n. 0, set.-dez. 1995, p. 63-82